

Dr.ª Isabel Galriça Neto:

## «Ministério da Saúde está a negligenciar cuidados paliativos»

Para além dos representantes das unidades de cuidados paliativos existentes em Portugal, este *workshop* contou com a participação dos deputados Luísa Portugal, do PS, Clara Carneiro, do PSD, e Luís Fazenda, do BE, e da jornalista Cláudia Borges, que moderou os trabalhos.

ADr.ª Isabel Galriça Neto, médica e membro da Direcção do MCPCP, disse ao «TM» que esta iniciativa pretendia «voltar a debater os aspectos relacionados com a operacionalização dos cuidados paliativos em Portugal, com o envolvimento de vários actores (políticos, prestadores de cuidados de saúde e entidades públicas e privadas) da sociedade», no sentido de debater tópicos fundamentais, como as «prioridades em termos de formação, organização e monitorização da qualidade (dos cuidados paliativos), e os passos que têm de ser dados para introduzir estes serviços no SNS de uma forma credível e devidamente or-

**O Movimento de Cidadãos Pró-Cuidados Paliativos (MCPCP) organizou um workshop, no passado dia 4, em Lisboa, cujos objectivos foram «contribuir para construir uma definição de cuidados paliativos adaptada à realidade nacional», clarificar os «critérios de formação, creditação e qualidade dos cuidados que venham a ser prestados» e procurar uma forma de «integração dos cuidados paliativos no SNS», tal como explicou a Dr.ª Ana Cabral, Coordenadora deste movimento**

ganizados, e não apenas como projectos-“cogumelos” e isolados».

Neste sentido, a especialista considerou a iniciativa como «muito positiva», na medida em que várias instituições fomentaram a troca de ideias. Todavia, realçou, «seria muito importante que a tutela tivesse acompanhado esta reunião, na medida em que as entidades com capacidade de decisão deviam estar presentes para tornar estas sessões de trabalho mais eficazes», lamentou a Coordenadora da equipa de cuidados paliativos do CS de Odivelas.

ADr.ª Isabel Galriça Neto manifestou também alguma descrença quanto à criação de uma estrutura organizada de cuidados



Para a Dr.ª Isabel Galriça Neto, «é fundamental que esta área seja considerada como uma prioridade e que o Estado dê provas de que quer viabilizar aquilo que está nos documentos»

paliativos no seio do Plano Nacional de Saúde (PNS), face à propensão da tutela para adiar, no seu entender, a efectivação deste tipo de cuidados. «Há referências no PNS, há conhecimento de que se pretende criar um Plano Nacional de Cuidados

Paliativos, isso foi dito pelo Sr. Ministro, mas para nós (MCPCP) existe uma preocupação: a elaboração de documentos por si só não garante que existam mudanças ou alterações de fundo», assegurou.

«É fundamental que esta

área seja considerada como uma prioridade efectiva e que o Estado dê provas de que quer viabilizar aquilo que está nos documentos. Porque, de facto, é um dado irrefutável que estes doentes já existem no SNS. Se forem viabilizados os cuidados paliativos, o Estado vai poupar e, simultaneamente, prestar um melhor serviço aos cidadãos». Mas «há uma efectiva desorientação do Governo, que apresenta os argumentos da falta de verbas para se defender», embora, neste momento, «se esbanje dinheiro em coisas menos importantes», frisou a clínica.

Para a Dr.ª Isabel Galriça Neto, o adiamento desta matéria só pode ser explicado pelas sucessivas manobras de diversão ou

pelo mediatismo de outras áreas: «Andaremos sempre à volta das questões da empresarialização dos hospitais e das listas de espera, e apesar da saída de documentos, esta área continua a ser negligenciada pelo Governo».

No que diz respeito à hipótese, avançada recentemente ao «TM» pelo Ministro da Saúde, da possível entrega deste tipo de cuidados ao Grupo Misericórdias Saúde, a médica do CS de Odivelas aproveitou para recomendar alguma prudência: «O Governo não se pode desresponsabilizar das suas obrigações e da definição daquilo que são os critérios de qualidade, só depois disso é que pode enveredar pela contratação de serviços. Mas a nós não nos escandaliza que estes serviços sejam entregues a entidades privadas». Contudo, sublinhou, «devem ser salvaguardadas duas premissas: equidade no acesso e garantia de qualidade».

Luís Henriques Antunes